

Cadernos Culturais-3

Último Enforcado em Montalegre (JOSÉ FERNANDES BEGUEIRO)

POR
JOSÉ JORGE ALVARES PEREIRA



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1 9 8 3

CADERNOS CULTURAIS — 3

ÚLTIMO ENFORCADO EM MONTALEGRE

(José Fernandes Begueiro)

Por José Jorge Alvares Pereira

Órgão do

NÚCLEO CULTURAL MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Propriedade da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tiragem deste número: 1 000 exemplares

Impresso por: P. M. E. — BRAGA

para Livraria Editora Pax, Limitada

 BIBLIOTECA
Municipal de Montalegre
Data 17.09.08
Registo 17390
Cota 008(469.202) PER

APRESENTAÇÃO

«Que outrem possa louvar esforço alheio,
Causa é que se costuma e se deseja,
Mas, louvar os meus próprios, arreceo
Que louvor tão suspeito mal me esteja;»

CAMÕES

Difícil será hoje ao turista que demanda as belas paisagens das albufeiras do Rabagão, imaginar a profundidade abismal da Barragem da Venda Nova; só os barrosões para além dos 50 anos, que calcorream as suas íngremes ladeiras, poderão exactamente calculá-la.

O mesmo acontece com a vida, usos e costumes da região antes das barragens e das estradas.

É uma diferença impensável, apenas sentida pelos velhos de hoje, pelos que ultrapassaram a barreira dos 50.

Era um mundo de casas palhaças, civilização pré-industrial, edénico e tão bucólico que a medida da fortuna não se fazia pelas cifras da lotaria mas pela unidade «cabeça de gado» e por ela se jurava: «nem que me desses uma vaca c'um bezerro».

Mas esse mundo morreu, só vive, como disse, nos microcosmos dos seus velhos e com eles desaparecerá para sempre ...

A não ser que alguém, um dos seus raros estudantes de então, dedique com amor um pouco dos seus ócios a registar, tanto quanto possível, vivências passadas, velhos monumentos, costumes e tradições. Alguém bastante inserido nessa sociedade de antanho pela sua própria ancestralidade, pela paixão das pessoas e coisas da sua criação e ao mesmo tempo com capacidade de confronto dessa realidade com a realidade civilizacional de então e de hoje.

É nessa posição que exactamente se encontra o autor deste Caderno, José Jorge Álvares Pereira, bem conhecido dos seus conterrâneos pelo carácter ao mesmo tempo generoso e impoluto, inteligente e activo, exigente e bondoso.

Meu caro Jorge:

Criámo-nos ambos no mesmo ambiente familiar de puro regime patriarcal auferindo a riqueza da vida comunitária de que as casas de nossos pais eram núcleos pujantes das décadas de 20 e 30.

Então a tua casa era talvez em todo o Barroso o mais completo expoente desse viver eminentemente social, comunidade de patrões e empregados, partilhando o trabalho árduo mas também a mesma mesa, o mesmo respeito recíproco, a mesma prece ao fim do dia, após a ceia, à volta da lareira poderosa de calor e aconchego.

E a desoras que fosse, peão ou cavaleiro que à porta batesse, lá tinha a sua tijela, lá tinha o seu naco de conforto. Cumpriam-se as leis da hospitalidade que a tradição mandava. Generosamente. Simplesmente.

Vivemos os trabalhos e os dias na translação anual do labor agrícola, da enfação às ceifas, da sementeira do cen-

teio às festas das matanças, do quotidiano cuidado das fazendas, com a alegria plena de quem ama a vida e por ela é amado, numa sociabilidade intensa quase sem privacidade.

Que riqueza imensa de experiências de vida em contacto com a natureza! E não faltavam mestres assistentes, desde os familiares de sangue que nos orientavam por obrigação, até aos familiares de serviço que todos contribuíram para nos encher de mundo o coração e cabeça. Recordo dos últimos o Raposeiras, o Teques, o Vitorino, o Ti Dario ...

Alguns ensinaste a ler e com eles partilhavas o saber escolar recém adquirido.

Lembraste das nossas primeiras tentativas jornalísticas para preencher os lazes de férias e vencer o isolamento do terrunho?

Nesse tempo as notícias chegavam apenas pelos jornais atrasados de dois dias. O jornal da casa era «A Voz» dos grandes jornalistas que foram Fernando de Sousa e Pedro Correia Marques. Pois na respectiva secção infantil, d' «O Tiroliro» ensaiámos as nossas primeiras literatices que não foram muito longe por minha parte ...

As actividades do Jorge, porém, têm-se intensificado e diversificado:

Ele é o profissional estudioso de química industrial e metalurgia na empresa das Minas da Borralha como o atestam os seus trabalhos «A Fabricação de Ferro-Tungsténio nas Minas da Borralha» publicado em separata do Vol. 11, n.º 3 do «Boletim de Minas», bem como a recente comunicação sobre a metalurgia do ferro-tungsténio exclusivamente por electro-termia, apresentado no Seminário Europeu do Tungsténio, realizado em Lisboa em 1982.

Agora, e ainda bem, são as coisas da nossa terra como se vê no presente caderno.

E nesta matéria ninguém melhor do que ele, feito por excelência do barro de Barroso de sua antiga e distinta

estirpe, mergulhado bem fundo nas vivências da terra de antes e depois, donde apenas se afastou para sua necessária formação humanística e científica, embora propostas aliciantes o tenham chamado a outras paragens.

Assim tem vivido servindo os seus conterrâneos, dando nobre exemplo de honra, de trabalho, de humanidade e amor ao torrão natal como o presente trabalho o demonstra.

Este é o Jorge que eu conheço.

Um abraço.

Maria da Conceição Martins Pacheco

I

INTRODUÇÃO

O Padre José Adão dos Santos Álvares, abade de S. Vicente da Chã, em carta de 18 de Setembro de 1844, enviada à revista *Universal Lisbonense*, de que era correspondente assíduo e noticiando o enforcamento em Montalegre de José Fernandes Begueiro, terminava dizendo: «Concluimos fazendo votos para que esta execução seja a única, com que os presentes, lá para o futuro, comovam seus netos narrando-a nos serões das longas noites dos gelados invernos de Barroso».

Em verdade, assim teria sido durante muitos anos. Porém, quase século e meio depois, pouquíssimas referências orais restam sobre o trágico acontecimento. Mesmo as que restam estão de tal modo reduzidas e deturpadas que quase nada nos dizem.

Assim, mesmo as pessoas idosas, quase só se referem ao velho Carvalho do Toural de Montalegre, a

que erroneamente chamam «Carvalho da Forca». Ora, a velha e gigantesca árvore foi apenas testemunha passiva do terrífico espectáculo, pois o patíbulo foi levantado no centro da Praça do Toural.

Alguns dizem ainda que foi este o último enforcado em Portugal, o que não é verdade, pois este foi o antepenúltimo, como afirma Pinho Leal e referindo-se apenas aos das províncias do Norte.

O penúltimo supliciado foi Manuel Pires, conhecido pelo Pires da Rua, famoso assassino e salteador; foi enforcado na Vila da Rua do Concelho de Carnancelhe em 8 de Maio de 1845.

O último foi José Maria, «O Calças», justicado no dia 19 de Setembro de 1845, no campo do Tablado em Chaves. Portanto, um ano e dois dias depois da morte do Bagueiro.

Dez dias antes do enforcamento em Montalegre, a que nos vimos referindo, isto é, em 7 de Setembro de 1844 foi supliciado na Cordoaria do Porto Manuel Moutinho Pereira, conhecido pelo Manuel Custódio, de 24 anos, natural de Ancede, concelho de Baião. Foi condenado por ter assassinado dois homens e uma mulher.

É curioso notar que a portaria que comunicava à Relação o Porto que sua Majestade não usara de clemência para com o réu, é datada do mesmo dia da do José Fernandes Bagueiro, isto é, 28 de Agosto de 1844. Supomos por isso, que as execuções seriam simultâneas se as sentenças as não tivessem mar-

cado em lugares diferentes. Os dez dias que o José Begueiro viveu a mais foram devidos à caminhada que teve de fazer do Porto a Montalegre.

No Baixo Barroso ninguém se refere ao José Fernandes Begueiro, mas a um tal «Gaio» de Codeçoso. Não encontramos qualquer documento com este nome, mas supomos que se trata de uma alcunha pela qual o Begueiro era conhecido na região natal.

O povo diz, quando se refere a alguém que ande por maus caminhos: «há-de-lhe acontecer como ao Gaio de Codeçoso».

É também da tradição oral que fora sua mãe que o ensinara a roubar, começando por uma agulha. Diz-se ainda, que, na hora da despedida, o Begueiro a mordeu na cara, fingindo dar-lhe um beijo, culpando-a da sua desgraça.

Porém, o Padre José Adão escreveu: «Que ele não recebeu qualquer educação moral, mas que dizia pesar-lhe de não seguir os conselhos da mãe».

As fontes históricas escritas em que nos vamos fundar são muito coincidentes e por isso as julgamos inteiramente fidedignas. Além disso, todas elas foram escritas por pessoas idóneas, testemunhas do acontecimento e naturais e residentes em Barroso nessa época.

Em apêndice, daremos notícias desses autores.

Nesta época, havia já em determinados sectores de opinião um movimento forte contra a pena de morte, embora ela só viesse a ser abolida para crimes

civis por lei de 1 de Julho de 1867, no reinado de D. Luís I. (Para os crimes políticos foi abolida em 1852).

A revista *Universal Lisbonense*, e sobre este assunto, dizia: «Deixemos a difícil questão da justiça e da conveniência da pena de morte: enquanto ela existir e se aplicar convém dar a tais actos a maior solenidade e publicidade. Se um dos fins, e o principal fim de uma execução patibular é o exemplo, e o saudável terror dos que a presenciaram, releva que a toda a parte do povo, que por seus olhos a não pode ver, entre ela ao menos pelos ouvidos. É por isso que por mais de uma vez, havemos descrito com toda a possível miudeza e com toda a verdade de circunstâncias o julgamento e o suplício dos grandes facínoras».

II

BIOGRAFIA DE JOSÉ FERNANDES BEGUEIRO

Codeçoso da Venda Nova, actualmente do concelho de Montalegre, é povoação antiquíssima, tendo sido um presídio militar no tempo dos romanos. Alguns autores chegam mesmo a chamar-lhe cidade e ficava situada na via militar romana que de Braga por Chaves seguia para Astorga. Segundo o itinerário de Antonino Pio, ficava entre Salácia (possivelmente Salamonde) e Caladuno (talvez hoje Gralhas, Peirezes, ou região próxima). Neste presídio residia a corte que o Imperador Tibério mandou para a Lusitânia pelos anos 24 da era de Cristo.

Muitos autores se referem a este presídio, bem como aos padrões ou marcos de pedra, alguns com inscrições e que aqui existiram, especialmente os de Vilarinho do Arco ou Padrões, povoação da mesma freguesia da Venda Nova.

No século passado, porém, a vida era bem diferente e Codeçoso não passava de uma pequena aldeia pobre, como muitas do Barroso, estendida ao sol numa prega do sopé da serra, dominando a sua veiga, hoje em grande parte submersa pelas águas da Albufeira da Venda Nova.

Nesta época, os crimes, sobretudo os roubos, eram frequentes, muitas vezes praticados por necessidade e, acima de tudo, por falta de assistência moral e educação das pessoas mais pobres e miseráveis. As invasões francesas, a guerra civil entre Miguelistas e Liberais criaram miséria e ódio por todo o país. Abundavam também os filhos naturais dos lavradores mais abastados, lançados num abandono completo que os traumatizava, tornando-os odiosos e revoltados.

Foi neste ambiente, que nesta terra tão histórica, nasceu em 1815 José Fernandes Begueiro, filho natural da viúva Senhorinha Fernandes Begueiro. A família era constituída pela mãe, pelo José Fernandes Begueiro e por sua irmã. Isto leva a supor que a miséria seria grande no casebre que os abrigava. Foi talvez este ambiente de miséria, fome e pobreza moral que o levou às paixões, vícios e crimes, quando ainda rapaz, fazendo dele um criminoso em vez de um cidadão digno.

O P. José Adão dos Santos Álvares escreveu: «Em todo o tempo do oratório e execução mostrou bons sentimentos e felizes lembranças, sobretudo

uma grande humildade e santidade. Pode ser que, se a educação cultivasse aquela índole houvesse sido um homem virtuoso e um excelente cidadão».

Mas infelizmente, e por culpa duma sociedade inculta, imoral e pobre, tal não aconteceu. E assim, ainda muito pequeno, se associou a homens mal comportados, assassinos e ladrões, tornando-se autor de muitos crimes e homem temido e mal querido em toda a região do Baixo Barroso.

Em Abril de 1838, ofereceu-se, como homem de bem, para acompanhar e indicar caminhos a uma mulher e um rapaz. Enganou-os, desviando-os dos caminhos certos e trilhados, para veredas recônditas e matagosas, com o fim premeditado de os roubar a assassinar. Assim o pensou e assim o fez. Num sítio ermo e matagoso assassinou-os barbaramente, abandonou-os, onde só vieram a ser encontrados mais tarde, já semiputrefactos. Tinha nessa altura 22 anos anos de idade.

Um chapéu velho a ele pertencente, encontrado junto dos cadáveres assassinados, o ter sido visto no fim de Abril com um capote que foi reconhecido como pertencente a uma das vítimas e a má fama de que já gozava, originaram a sua prisão numa taberna da Venda Nova, no dia 25 de Maio de 1838. No momento da prisão, era portador duma faca de ponta e estava armado de pau com choupa.

Negou o crime, mas, levado à presença das vítimas, confessou o acto criminoso com todos os pormenores.

Foram vítimas Inácia Joaquina, viúva de António José da Costa, e o menor Francisco Batista, filho de João Batista e Maria Ventura, da cidade de Braga.

Esteve preso durante perto de quatro anos até que foi julgado em Montalegre, no dia 21 de Janeiro de 1842, pelo Juiz Dr. Carlos de Oliveira Pimentel.

III

SENTENÇA DE MORTE CONTRA O RÉU JOSÉ FERNANDES BEGUEIRO

Vistos estes autos etc. É acusado o réu José Fernandes Begueiro, solteiro, trabalhador, filho e natural de Senhorinha Fernandes Begueiro, de Codeçoso da Venda Nova, primeiro de se ter associado desde a infância, com ladrões, salteadores e assassinos; segundo de ter em um dos dias do mês de Abril de 1838, na serra das Alturas, assassinado e roubado Inácia Joaquina, viúva de António José da Costa e Francisco Batista, filho de João Batista e Maria Ventura da cidade de Braga, havendo-os previamente enganado e conduzido por veredas transversais, e fazendo-lhes crer que havia passagem de tropas, nas Alturas e que deviam evitá-las; terceiro, de ter, na ocasião em que foi preso, em uma taberna do lugar de Codeçoso da Venda Nova, no dia 25 de Maio de 1838, sido encontrado com um pau de chuço, uma choupa e uma

faca de ponta aguda. Acrescentam-se no libelo algumas circunstâncias agravantes, como de se ter encontrado junto dos cadáveres dos assassinados um chapéu velho pertencente ao réu e de se ter visto a este, nos últimos dias do mês de Abril do mesmo ano, um capote velho cor de pinhão que algumas pessoas asseveraram tê-lo visto ao falecido Francisco Batista; e finalmente de que, sendo conduzido o réu ao lugar em que se achavam os cadáveres dos assassinados já meio consumidos e devorados, ali confessou ter acompanhado os referidos indivíduos assassinados por caminhos transversais e veredas não seguidas; diz finalmente o libelo que o réu padece de nota e opinião de ladrão, salteador e assassino.

Defende-se o réu alegando que é um cidadão bem comportado, que ganha a sua vida honestamente por meio de trabalho, e que nunca padeceu a nota de ladrão, saltador ou assassino e que nunca usara de armas defesas, e que as que foram encontradas na casa em que foi preso, não eram suas.

Havendo-se preenchido todas as solenidades legais, e proposto ao júri os quesitos que pareceram necessários, o júri achou provado que o réu cometera os crimes de que é acusado, declarando provadas igualmente todas as circunstâncias agravantes de que se faz menção no libelo acusatório.

É expresso na ord. liv. 50 título 35:

— Qualquer pessoa que matar outra ou mandar matar, morra por ela de morte natural — É um prin-

cípio de direito criminal que para emenda dos criminosos e para exemplo e esgarçamento devem ser punidos os crimes, applicando-se-lhes, as penas impostas pelas leis vigentes. O principal crime de que o réu é acusado é horroroso e faz estremecer a todo o homem dotado de alguns sentimentos de honra e religião; torna mais agravante o mesmo crime a aleivosia e traição de que o réu se serviu. Achando-se, pois, o réu convencido dos crimes de que foi acusado, e cumprindo para exemplo e manutenção da ordem social que lhe seja applicada a pena correspondente, é do dever do juiz cumprir com o seu dever.

Portanto, pelo que dos autos consta em vista da decisão do júri e dos princípios de direito criminal em que me fundo, condeno o réu José Fernandes Begueiro, solteiro, e jornaleiro do lugar de Codeçoso da Venda Nova a morrer de morte natural para sempre, levantando-se para esse fim uma forca no lugar do Toural desta Vila.

Pague o mesmo réu as custas dos autos.

Audiência geral em Montalegre, 21 de Janeiro de 1842.

João Carlos de Oliveira Pimentel

A Relação do Porto confirmou esta sentença em acórdão datado de 12 de Agosto de 1842.

Requerendo revisão para o Supremo Tribunal foi-lhe esta negada por acórdão de 12 de Maio de 1843.

Por portaria emanada em 18 de Agosto de 1844 comunicou-se ao Presidente da Relação do Porto que sua Real Majestade (D. Maria II) não houve por bem usar da sua real clemência em favor do réu.

Foi justicado na Praça do Toural em Montalegre no dia 17 de Setembro de 1844.

Relação do Porto, cartório escrivão Albuquerque.

IV

O POVO E O ACONTECIMENTO

A notícia do próximo enforcamento em Montalegre correu célere por todo o Barroso, levada de aldeia em aldeia por viandantes, almocreves e pedintes.

A passagem do criminoso sob escolta de 50 homens de infantaria desfez a pacatez e monotonia dos povoados barrosões, naquele fim de Verão de 1844. O espectáculo era único. Os lavradores largaram as enxadas e arados para acorrerem aos caminhos; esvaziaram-se as tabernas e as ruas; as mulheres deixaram os afazeres caseiros e saíram, sujas e descalças, a correr, dos fumarentos casebres, limpando lágrimas aos aventais e pontas de lenços da cabeça, numa gritaria para que ninguém perdesse o espectáculo; os pastores abandonaram os rebanhos pelas serras e vieram correndo pelas encostas para verem também o trágico cortejo. À passagem, uns descobriram-se e limpavam lágrimas mal contidas, outros mantinham

um silêncio de enterro e alguns admoestavam os mais novos e rebeldes para que a sorte não viesse a ser a mesma.

Espectáculos daqueles não se viam todos os dias!

À noite, nas lareiras, ou havia um silêncio fúnebre, sem coragem para abrir conversa, ou se comentava o caso com mágoa, e alguns, mais puritanos e por ventura queixosos do condenado, afirmavam «que era bem feito» para exemplo dos outros.

Os mais velhos recordavam aos mais novos o enforcamento também em Montalegre de dois galegos que haviam roubado e assassinado um estudante de Calvão, na ponte de Vilarinho de Arco. As mulheres e os rapazes ficavam embaçados, de olhos arregalados e terrificados, quando lhes diziam que as cabeças foram cortadas depois do enforcamento, e espetadas em estacas no local do crime, até apodrecerem ou serem comidas pelos corvos.

Em Codeçoso, terra natal do sentenciado, por onde passou, a cena foi lancinante com gritos da mãe, irmã, familiares e conhecidos. Alguns incluindo a mãe, procuravam acompanhar o cortejo por cima das paredes das quelhas, pelos carreiros, para o verem mais uma vez. Isto levou as tropas a acelerar a marcha e a intimá-los ao regresso.

À chegada à vila de Montalegre, a gente aglomrou-se pelas ruas, e emagotou-se acotovelandose, junto à cadeia para o verem entrar, ou ainda, se pos-

sível, lobrigá-lo através das grades da cadeia que davam para a mesma rua.

Durante os dois dias, desde a chegada até ao suplício, não se falou noutra coisa e Montalegre teve um movimento fora do normal da época.

No dia da execução por todos os caminhos e atalhos que levavam à vila, logo de madrugada, vinha um mar de gente.

Uns, a cavalo troteando, outros, escarrapachados em burros e a maior parte a pé, ligeiros e suados, com receio de chegar tarde.

Nunca feira nenhuma juntara tanta gente. As aldeias de Barroso, mesmo as mais remotas, quase se despovoaram.

Vieram lavradores abastados, cabaneiros pobres, criados de servir, jornaleiros, pedintes, negociantes, gente de todas as idades e classes.

Geralmente, desembocavam em ranchos na Praça do Tournal, para admirar o patíbulo e tomar lugar com antecedência. Alguns procuravam dar uma espreitadela, na esperança de ver os preparativos ou o padecente. Faziam-se comentários, quase em surdina, mas todos estavam ansiosos, com os corações acelerados, por ver como era.

A notícia da conversão e confissão do condenado, transmitida de uns aos outros como facto fundamental, provocou um sentimento de alívio e comoção que as mulheres exteriorizaram com gestos patéticos e lágrimas.

Cinco mil pessoas ali se juntaram; multidão tal que jamais ali se tinha visto.

Contudo, o ambiente não era o das grandes romarias e feiras: sentia-se nos rostos, nos gestos, no andar, no conversar, no cumprimentar dos conhecidos, um ar tétrico de morte e tragédia que envolvia tudo e todos.

À tarde, quando partiram, iam em silêncio e tristes, num regresso que lhes parecia sem sentido.

V

O SUPLÍCIO

Transcrevemos na íntegra a carta que o já referido Padre José Adão dos Santos Álvares enviou, como correspondente à Revista Universal Lisbonense, pois ela é tão pormenorizada que julgamos por bem não a alterar, com receio de falsearmos a história.

«O réu José Fernandes Bogueiro saiu ultimamente da cadeia da Relação do Porto para sofrer morte de força na vila de Montalegre segundo o determinado na sua sentença. Escoltado por uma força de infantaria n.º 2 seguiu a estrada de Ruivães às Alturas passando pelo lugar da sua naturalidade, e pelos sítios dos seus crimes e malfeitorias; consta que sua infeliz mãe, uma desgraçada viúva, o seguiu longo tempo na mais viva consternação, e que, obrigada a voltar para trás, caiu de cama onde se conserva. Ouvimos também que o réu, defronte do sítio onde assassinara a mulher e o rapaz que tão boamente

confiaram nele, tirara o chapéu e orara por um grande espaço.

Chega a Montalegre no dia 13 pelas 10 horas da manhã, entra na prisão, conserva muita presença de espírito, come, fuma não pouco.

— Julgar-se-ia que não pensava na sua sorte: declara que são inúteis as cautelas para não se suicidar: nunca o desejou e quer morrer como cristão.

Dia 15 pelo meio dia chegam os executores; vê-os através das grades da prisão, entristece-se e não acaba o jantar: pela 1 hora é intimado para entrar no oratório; despede-se dos espectadores, que de fora das grades o observam, pede-lhes perdão, e que orem pela sua alma, e resolute, sobe ao oratório.

Havia o Sr. Juiz de Direito substituto requisitado do reverendo arcebispo quatro eclesiásticos, que ministrassem os socorros da religião ao infeliz.

Era um deles o presbítero Manuel Caetano, pároco encomendado em Sta. Maria de Gralhas, que compareceu primeiro, procura o sentenciado e com ele conversa às grades da prisão quase uma hora; entra com ele no oratório, apressa-se a aproveitar as boas disposições que admira no padecente; confessa-o e o reanima com doces lenitivos; que só a religião de Jesus subministra para tais lances: coadjuvado por alguém que carinhosamente concorre e pelos outros três padres, o conforta o restante do dia: conserva-se resignado e com muito ânimo: — Come e dorme uma boa parte da noite, mas sobressaltado.

No dia 16 comunga, ouve três missas com recolhimento, come alguma coisa, deita-se em uma cama: vai perdendo muito do primeiro alento, mas sempre resignado; perto da noite o vimos sobremaneira compungido às suaves exortações do seu digno confessor e mais eclesiásticos; declara que os seus pecados são muitos, e que só um Deus de tanta misericórdia os poderia perdoar, o que firmemente esperava: — deseja ouvir os martírios da paixão de Jesus; e a conversão de algum pecador: — repete breves jaculatórias e beija frequentemente um crucifixo: — pede amiudadamente água fria; — o semblante indica grande abatimento; de noite dorme mais sossegado; — cada vez que dão horas, conta-as e nota aos assistentes quanto o prazo se lhe vai encurtando. Chega a madrugada, conserva-se no mesmo estado e com a mesma resignação: não come: — só deseja refrigerar-se com água fria; indica receio de não chegar com força ao patíbulo. Tudo faz acreditar uma verdadeira conversão, duas vezes se havia já reconciliado depois da confissão. Dão 11 e meia; chega a Irmanade da Misericórdia e os executores com alva e corda, entram, não desanima; vestem-no cingem-lhe o braço; ele se presta com toda a resignação e ajuda a acomodar as voltas da corda na prisão das mãos; saem para a Praça do Toural, a pequena distância a misericórdia com um painel de Nossa Senhora, um minorista com um crucifixo voltado para o padecente: — segue este caminhando a pé acompanhado dos eclesiásticos P. Manuel

Caetano, P. João Gonçalves, Pároco de Santo André e P. J. Batista Rosa etc. e os dois executores de casaco e calça preta, indo em último lugar o Juiz de Direito substituto, Delegado interino, escrivão do processo e administrador do concelho, e achando-se formada em duas alas uma força militar e 50 homens, enquanto outros tantos da polícia armados formam em roda do patíbulo.

Chegam à capela de S. Sebastião na dita praça, onde o capelão da misericórdia celebra o santo sacrifício da missa; aqui o Padre Manuel Caetano faz uma alocução ao réu e ao povo, toda de sentimento e compreensão em que sobressaem a par de um estilo claro e suave ideias mui apropriadas e mui ternos pensamentos. Foi pena que o murmurinho do povo a não deixasse ver distintamente percebida de todos. Dirigem-se para o centro da praça onde se erguera o patíbulo, e dando uma pequena volta para o lado norte chegam junto dele; aí ouve de reconciliação ao padecente o P. João Gonçalves e ajoelhado sobre uma tábua se conserva firme um quarto de hora, sem desfalecer, quando todos os sinais indicavam não poder completar tanta constância; ouve depois a sentença que o escrivão do processo lhe lê: escuta, a um dos sacerdotes que o anima, pede água.

O P. Rosa o exorta a uma firme confiança na protecção da Senhora e com breves e patéticas orações o anima a subir.

Simões, o executor mais novo, esperava já no cimo do patíbulo, o padecente acompanhado dos padres Gonçalves e Rosa, e senta-se nos degraus superiores; virado daí mesmo para mais de cinco mil espectadores, o P. J. Gonçalves recita um discurso improvisado mui patético e análogo à triste cena que ali se dava, convidando a aproveitar-se de tão severa lição a todos os que presenciaram; e conclui pedindo em nome e por insinuação do padecente, perdão a todos, à aflita mãe, uma irmã, parentes, amigos, justiça, etc. excitando assim uma geral comoção de affecto.

O padecente pede novamente água, e depois ele próprio, com voz sonora intelegível pede perdão a todos: dá adeus ao mundo, implora a protecção de Maria Santíssima, e que lhe alcance misericórdia do seu Divino Filho, cujas chagas ele padecente abraça.

Cede custosamente o crucifixo, lança-lhe o algoz o capuz.

A execução não a vi; mas um choro geral e extraordinários alaridos dos espectadores anunciaram que tudo estava consumado. A execução diz-se que fora pronta; mas não tanto quanto por ventura pede a humanidade.

O cadáver foi pela Irmandade da Misericórdia conduzido ao cemitério da Matriz, acompanhado de quase todos os espectadores, que em seus sombrios semblantes indicavam o terror. Este recolhimento e a melancólica compreensão, com que assistiram aos

últimos momentos do padecente, serviram de antítese ao donaire e distração com que uma grande parte concorreu a presenciar espectáculo tão lutuoso.

Os eclesiásticos desempenharam-se dignamente do seu dever e mais do que se podia asperar em sujeitos móveis em tão espinhosa tarefa, notando-se sobretudo a presença de espírito que conservaram em todos os actos: só se poderia desejar mais regularidade em se revezarem no oratório: tudo correu com boa ordem e bom termo: parece-me entretanto que a procissão deveria caminhar com mais pausa: e que absolutamente se devia ter negado ingresso às pessoas que por piedade queriam o oratório, para não interromperem o silêncio daquele lugar sagrado, se bem que ainda a tempo se acudiu a essa falta. No mais só temos para elogiar as diversas autoridades e os Irmãos da Misericórdia que ministraram todos os preparos para uma obra em que do rigor da justiça humana sobressaem tanto os actos da caridade religiosa».

S. Vicente da Chã, 18 de Setembro de 1844.

José Adão dos Santos Alvares

VI

POSSIBILIDADES DE FUGA DO RÉU, QUE NÃO QUIS APROVEITÁ-LAS NA VÉSPERA DO ENFORCAMENTO

O Rev. José dos Santos Moura, abade de Caires em informações dadas a Pinho Leal para o «Portugal antigo e Moderno» escreveu:

«Já que vem de molde, permitam-me que exponha um facto, tal qual me foi narrado por um dos sacerdotes que no oratório assistiu ao supliciado.

Foi o Rev. João Gonçalves reitor de Serraquinhos, venerando ancião falecido em 12 de Junho de 1883.

Na noite de 16 de Setembro de 1844, véspera do dia da execução (disse ele) encontrando-se bastante fatigado, com o trabalho do dia no oratório, pedi a um dos meus colegas para me substituir por algum tempo. Assim me prometeu e fui deitar-me um pouco: Adormeci logo, mas em breve acordei sobressaltado;

sentei-me no leito lançando os olhos por toda a sala do tribunal que servia de dormitório vi os meus colegas dormindo profundamente!

Levantei-me logo; atravessei a sala onde estava a força militar e esta dormia também; dirigi-me ao oratório encontrei o réu só, de joelhos e como em êxtase, com os olhos fixos num crucifixo, balbuciando algumas orações. Saudei-o comovido e ele disse-me:

- Padre, se a Rainha Nossa Senhora me perdoasse, eu não aceitava o perdão.
- Não só aceitava o perdão (repliquei eu) mas até se evadiria se pudesse.
- Tanto não me evadiria que, oferecendo-se-me ocasião para isso, a não aproveitei. Já estive na rua e voltei para a prisão.

Objectei-lhe que na sala contígua estava a força militar e ao fundo da escada uma sentinela.

- As praças que ali estão na sala — respondeu ele — dormem todas e ao fundo da escada não tinha sentinela. Já vê, pois, que se não fugi foi porque não quis, nem quero. Sinto-me contrito e arrependido dos meus crimes e deles perdoado pela infinita misericórdia de Deus; espero estar com ele no paraíso brevemente, enquanto que fugindo tinha de andar escondido, sobressaltado e, associando-me

talvez às más companhias de outrora, tornar-me-ia réu de mais crimes e desamparado da graça de Deus.

Dito isto, beijou o crucifixo e chorou. Aproveitando tão boas disposições de novo o exortei à confiança na misericórdia divina e louvei ao senhor pela conversão de um tão grande criminoso.

Depois, para me certificar de uma revelação tão estranha, saí do oratório e vi que efectivamente as praças todas dormiam e não estava sentinela na escada».

Veladamente a este episódio se quereria referir certamente e P. José Adão na sua reportagem para a Revista Universal Lisbonense quando disse «só se poderia desejar mais regularidade em se revezarem (os sacerdotes) no oratório».

Este facto inspirou o poeta montalegrense Artur Maria Afonso nos versos que transcrevemos.

Há cento e tantos anos que o Vagueiro
A monte pelas serras das Alturas
Como lobo feroz e traiçoeiro
Cometeu assassínios e bravuras.

Muito novo, valente e arrojado
Era por aquelas redondezas
Perseguido, temido e odiado
Por suas diabólicas proezas.

Um dia acompanhando uns caminheiros
Que iam para Braga por Ruivães
Meteu-os num touçal entre pinheiros
Deixando-os aos corvos e aos cães.

Porém, todos os crimes têm um fim
E vão seus autores para a cova
E sendo natural e sendo assim
Foi preso o malandrim em Venda Nova.

E depois de seis anos na prisão,
O salteador vadio e brutal
Foi enforcado perante a multidão
Em Montalegre, a meio do Toural!

Mas agora, leitor, fica varado
Com aquilo que a crónica nos diz:
No dia de ser enforcado
O preso não fugiu porque não quiz!

Foi enorme a canseira na cadeia
Com os trabalhos da execução
E tudo adormeceu depois da ceia
Ficando livre a porta da prisão!

Não dormia o Vagueiro a essa hora
E encontrando a porta destrancada,
Desceu pelas escadas, saiu fora
Olhar sua força levantada.

À porta a sentinela adormecera;
Em volta paz. A rua sossegada
O Vagueiro passeou e recolhera
Estoicamente à tétrica morada!

Alguém que soube do que se passara
Interrogou-o por não ter fugido
E calmo respondeu: (coragem rara)
— Não fugi p'ra não ser mais perseguido

Chaves, Julho de 1951.

Artur Maria Afonso

VII

NOTAS FINAIS

Infelizmente, nas obras e documentos que consultamos, não nos foi possível saber quem foram os dois carrascos que procederam à execução. O P. José Adão dos Santos Alvarez diz que o Simões, o executor mais novo esperava o condenado no centro do patíbulo.

Pensamos que se tratava do mais novo no ofício, e sendo assim, era o José Ramos pois sua mãe chamava-se Francisca Simões. Este José Ramos (Simões) era na altura da execução o último a quem Sua Majestade comutara a pena de morte por enforcamento em Executor de Alta Justiça.

Era natural de S. Salvador de Mondego e residia na Boavista de Loivos, concelho de Figueira da Foz.

Havia sido condenado à pena de morte por assassinio. A Relação do Porto confirmou a sentença por decreto de 2 de Julho de 1837.

Sua Majestade comutou-lhe a pena da morte, nomeando-o em Executor de Alta Justiça. Era um indivíduo de alta estatura, barba e cabelos pretos e pescador de profissão.

O último executor nomeado no Norte de Portugal foi Luís António Alves, conhecido pelo Negro, carpinteiro e natural de Capeludos de Aguiar. Foi condenado à morte de força em 1842 em Vila Pouca de Aguiar, por haver assassinado, Manuel António Alves, José Vilela e Rodrigo António Brás, além de outros crimes, assaltos e roubos inclusivamente e arrombamento da cadeia de Chaves.

Esta sentença foi confirmada, pelo Supremo Tribunal de Justiça em 15 de Abril de 1844.

A pena foi-lhe comutada em Executor de Alta Justiça, por decreto de Sua Majestade em 14 de Julho de 1845, portanto, já depois da morte patibular de José Fernandes Begueiro.

Foi este o último carrasco de Portugal, e morreu na cadeia do Limoeiro já depois de abolida a pena de morte.

Falou-se e enalteceu-se o papel desempenhado pela Irmandade da Misericórdia que prestou assistência e acompanhou o supliciado à força e lhe deu enterro, logo após o enforcamento como era costume. Isto não é um facto novo, pois as Irmandades da Misericórdia estavam sempre presentes nestes casos e, até frequentemente nas noites que antecediam os suplícios, os irmãos repartiam-se e percorriam as ruas tocando

campanhas, pedindo súplicas e esmolas para os sentenciados.

Ol Eram geralmente também os Irmãos da Misericórdia que recolhiam e enterravam os sentenciados, a não ser que a sentença os mandasse esquartejar para apodrecerem e serem consumidos pelos bichos nos locais que as sentenças determinavam.

*

O citado P. José Adão dos Santos Álvares, o grande repórter deste acontecimento diz que a procissão deveria caminhar com mais pausa.

Esta procissão não era mais que um cortejo de solenidade macabra e sádica para mostrar e fazer desfilar ignominiosamente por entre a multidão o desgraçado com alva (túnica que vestiam aos sentenciados), e corda dependurada ao pescoço e mãos atadas.

Estes aparatos eram por vezes bem mais trágicos e tétricos do que a própria execução, sobretudo quando os condenados, quase desfalecidos, tinham de percorrer grandes distâncias, com paragens para o pregão ler a sentença,, o que aqui felizmente não aconteceu pela curta distância a percorrer entre o oratório da velha cadeia e a capela de S. Sebastião, ambas situadas na Praça do Toural e também porque a sentença o não determinava.

Faltou coragem por comoção ao Padre Santos Álvares para ver os pormenores do enforcamento.

Contudo a execução não foi diferente das que eram usuais na época.

A morte dava-se por estrangulamento, devido à suspensão do condenado pelo pescoço por corda com laço.

Para ser mais rápido, mas nem por isso menos ignominioso, um dos carrascos lançava-se sobre o supliciado para aumentar o peso e apressar assim o estrangulamento.

VIII

APÊNDICE

Não posso concluir sem deixar aqui bem expressa uma homenagem a dois barroões ilustres e letrados, contemporâneos do acontecimento e que o descreveram com tanto pormenor e fidedignidade: O P. José Adão Santos Álvares que o relatou na Revista Universal Lisbonense; o outro P. José dos Santos Moura pelos elementos que forneceu a Pinho Leal para o «Portugal Antigo e Moderno», não só sobre este acontecimento, mas sobre a história de todo o Barroso.

P. JOSÉ ADÃO DOS SANTOS ÁLVARES

O P. José Adão dos Santos Álvares, era filho natural do médico José dos Santos Dias e de Ana de Moura e nasceu no Cortiço, freguesia de Cervos a 6 de Abril de 1814, sendo exposto na roda de Montalegre.

(Seu pai o Dr. José dos Santos Dias era também natural de Cortiço e foi médico Municipal e Director clínico das Caldas do Gerês. Foi também Administrador e substituto do concelho de Montalegre. Escreveu em 1836 um estudo sobre Barroso intitulado «Ensaio Topográfico e Estatístico do Julgado de Montalegre»).

Entrou como exposto no Colégio dos Orfãos de S. Caetano em Braga, no dia 26 de Novembro de 1826 e saiu em Julho de 1832. Foi estudante distinto.

Recebeu ordens menores na igreja de Sta. Cristina da Ramalhosa, diocese de Rui, conferidas pelo Bispo desta diocese, D. Francisco Garcia. Casarubias y Melgar. Recebeu as ordens sacras em 16-17 e 19 de Março de 1839, conferidas por D. Pedro d'Alcântara Gimanez, Bispo de Lima, Governador «sede vacanta» e bispo eleito de Cidade Rodrigo.

Em 25 de Abril de 1839 foi nomeado pároco encomendado de S. Vicente da Chã e por decreto de 8 de Agosto do mesmo ano nomeado pároco da mesma freguesia, colando-se em 10 de Janeiro de 1840.

Foi nomeado Arcipreste de Montalegre em 17 de Outubro de 1848 e foi-lhe dada a seu pedido a exoneração em 18 de Agosto de 1874.

Em virtude de certas declarações feitas à hora da morte por D. Pedro D'Alcântara, alguns teólogos julgaram nulas as ordens por ele conferidas a muitos ordinandos portugueses, pelo que houveram de as repetir (estando neste caso o P. José Adão) em

segredo e «sub condicione» sendo-lhes conferidas em Julho de 1854 pelo Bispo de Lamego D. José de Moura Coutinho.

Foi professor particular de latim em Montalegre e S. Vicente da Chã.

Colaborou no Panorama — Revista Universal Lisbonense — Arquivo Pitoresco e Almanaque Luso-Brasileiro.

Foi também correspondente de alguns jornais políticos: Moderado-Bracarense, Comércio do Minho, Nacional, Jornal do Porto etc.

Deu a Inocêncio Francisco da Silva, de quem era amigo, apontamentos e informações para o seu dicionário Bibliográfico.

Vindo de tomar banhos da Póvoa de Varzim, faleceu em Reigoso em 3 de Outubro de 1874 e jaz na Capela Mor da sua igreja de S. Vicente da Chã.

P. JOSÉ DOS SANTOS MOURA

Nesceu em Serraquinhos em 13 de Setembro de 1830. Fez o curso em Braga e estudou Teologia no Seminário da mesma cidade.

Ordenou-se no Porto em 24 de Setembro de 1853, foi colado pároco de Santa Maria de Caires no concelho de Amares. Era homem muito erudito e conhecia profundamente a história de todo o Barroso, foi ele que deu a Pinho Leal, quase todos os elementos

e informações sobre Barroso para a elaboração de Portugal Antigo e Moderno.

Pinho Leal presta-lhe homenagem em diversas partes da sua obra.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fortunato de, «História de Portugal»
- FONTE, Barroso da, FONTES, LOURENÇO, MACHADO, ALBERTO «Usos e Costumes de Barroso»
- COSTA, João Gonçalves, «Montalegre e Terras do Barroso»
- GAMA, Arnaldo, «Um Motim há Cem Anos»
- PINHO LEAL, «Portugal Antigo e Moderno»
- MELO, Francisco Pereira, «Discurso sobre Delitos e Penas»
- MOUTINHO, Mário, e SOUSA e SILVA, A., «O Mutilado de Ruivães»; «Revista Universal Lisbonense»; Diversos Jornais da Época; Algumas informações orais

Í N D I C E

Apresentação	3
I — Introdução	7
II — Biografia de José Fernandes Begueiro	11
III — Sentença de morte contra o réu José Fernandes Begueiro	15
IV — O povo e o acontecimento	19
V — O suplício	23
VI — Possibilidades de fuga do réu, que não quis aproveitá-las na véspera do enforcamento	29
VII — Notas finais	35
VIII — Apêndice	39



0017390



*Biblioteca
Municipal
Montalegre*

Último Enforcado em Montalegre

S
008(4
P
U